



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 201 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

Prado Ferreira, 05 de fevereiro de 2025.

Ofício nº 002/2025-PJ

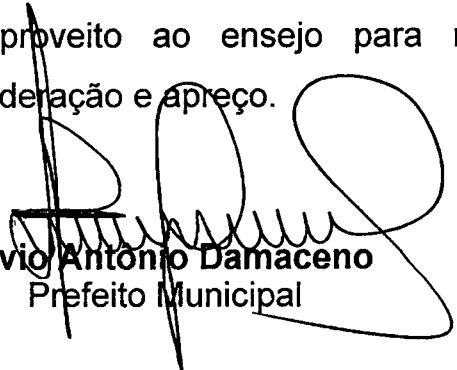
Excelentíssimo Senhor Presidente.

Ilustríssimos Senhores Vereadores,

Temos a honra de submeter à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando à contratação de profissionais para as áreas de Educação para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

Ao submeter o Projeto de Lei à apreciação dessa Egrégia Casa, esperamos poder contar com a atenção de Vossas Senhorias à matéria em epígrafe, e especial compreensão e apoio para sua aprovação, em **REGIME DE URGÊNCIA, com Requerimento de convocação de Sessão Extraordinária, nos termos do artigo 50, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.**

Aproveito ao ensejo para manifestar à Vossas Excelências protestos de consideração e apreço.


Silvio Antonio Damaceno
Prefeito Municipal

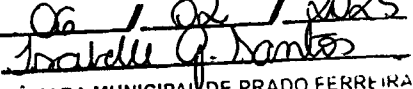
Ao Exmo. Sr.

Álvaro Gonçalves de Rocha

Presidente da Câmara Municipal

Prado Ferreira - PR

RECEBIDO EM:

06 / 02 / 2025 16:00h

CÂMARA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 01 / 2025

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando à contratação de profissionais para as áreas de Educação para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PRADO FERREIRA - Estado do Paraná, faz saber que Câmara Municipal, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, com fulcro no Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988, para a contratação, por tempo determinado, de profissionais da área da Educação, em específico para as funções de Professor; Professor de Artes; Professor de Inglês; Pedagogo; e Professor da Educação Infantil.

Art.2º - Os cargos previstos nesta Lei, integrarão quadro específico e distinto para todos os efeitos legais, do quadro permanente de pessoal do Poder Executivo Municipal e destinados exclusivamente a atender à demanda temporária da área de Educação do Município.

Parágrafo Único. O provimento dos referidos cargos, será precedido de Processo de Seleção Simplificada, conforme sua natureza, complexidade e requisitos próprios, mediante o atendimento de condições estabelecidas no respectivo Edital.

Art.3º - Os contratos de trabalho celebrados com fundamento na presente Lei vigorarão pelo prazo de até 01(um) ano, cuja rescisão antecipada dar-se-á somente nos seguintes casos:

I - pelo término do prazo contratual;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 - 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUASÃO PAULO, 191 - FONE (43) 3244-1143 - CEP 86618-000

PRADO FERREIRA - ESTADO DO PARANÁ

II - por iniciativa do contratado e/ou contratante, a qualquer tempo, sem prévio aviso, garantindo o pagamento das verbas rescisórias constantes na presente Lei, em qualquer caso.

III - prática de falta grave, apurada em procedimento administrativo;

IV - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

V - necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos termos da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

VI - insuficiência de desempenho, apurada em procedimento administrativo;

VII - extinção dos programas federais e estaduais implementados mediante convênio ou ajustes similares, e que originaram as respectivas contratações.

Art. 4º - O regime jurídico aplicado aos servidores contratados para os cargos criados no art. 1º, desta Lei, é o CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, conforme estabelecido na Lei nº 07 de 24 de janeiro de 1997.

Art. 5º - A contratação nos termos desta Lei não confere direito nem expectativa de estabilidade no serviço público municipal.

Art. 6º - O recrutamento do pessoal, nos termos desta Lei, será feito mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Órgão Oficial de Publicação do Município.

§ 1º O processo seletivo simplificado deverá atender, ao menos, aos seguintes pressupostos mínimos de validade:

I - estabelecimento de critérios objetivos de julgamento e avaliação, a serem estabelecidos no Edital de Abertura;

II - inexistência de critérios que dificultem a recorribilidade das decisões da comissão de avaliação e julgamento, por parte dos candidatos, bem como pelo controle externo e social;

III - vinculação às regras do edital e à classificação final do certame.

§ 2º O processo seletivo simplificado terá organização realizada por Comissão própria do Município, a ser designada através de Decreto.

Art. 7º - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será:

a) Professor - R\$ 2.312,47 - 20hrs semanais;

b) Professor de Artes - R\$ 2.312,47 - 20hrs semanais;

c) Professor de Inglês - R\$ 2.312,47 - 20hrs semanais;

d) Pedagogo - R\$ 2.424,37 - 20hrs semanais; e

e) Professor da Educação Infantil - R\$ 4.624,96 - 40hrs semanais;

§ 1º A carga horária, os deveres e as atribuições são as mesmas previstas para os detentores de cargo efetivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUASÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

§ 2º As contratações a que se refere esta Lei somente poderão ser feitas com observância da dotação orçamentária específica, e se darão mediante autorização prévia do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º - Somente poderão ser contratados nos termos desta Lei, os candidatos que comprovarem os seguintes requisitos:

- I – possuir habilitação profissional para o exercício das funções;
- II - ser brasileiro;
- III - ter completado 18 (dezoito) anos de idade;
- IV - gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de necessidade especial incompatível com o exercício das funções, mediante Atestado de Saúde Ocupacional emitido por profissional competente;
- V - estar em dia com o serviço militar;
- VI – estar em gozo dos direitos civis e políticos.

Art. 9º - Aos profissionais temporários serão assegurados o direito a:

- I - cobertura previdenciária;
- II - pagamento do adicional de férias proporcional ao tempo de serviço prestado;
- III - licença-maternidade;
- IV - licença-paternidade;
- V - pagamento da gratificação natalina proporcional ao tempo de serviço prestado; e
- IV – Auxílio Alimentação nas mesmas condições previstas para os detentores de cargo efetivo.

Art. 10 - São deveres do contratado:

- I - ser assíduo;
 - a) É motivo de exoneração, nos termos desta lei, a ausência ao serviço por mais de 05 (cinco) dias consecutivos, ou 03 (três) alternados, sem motivo justificado.
- II - ser pontual;
- III - exercer com zelo e dedicação as atribuições que lhe forem conferidas;
- IV - observar normas legais e regulamentares;
- V - cumprir ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;
- VI - tratar a todos com urbanidade;
- VII - ser eficiente;
- VIII - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função;
- IX - apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for destinado para cada caso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 - 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 - FONE (43) 3244-1143 - CEP 86618-000

PRADO FERREIRA - ESTADO DO PARANÁ

Art. 11 - Ao contratado na forma da presente Lei é vedada a prática dos seguintes atos:

- I - ausentar-se do serviço durante o expediente sem autorização do chefe imediato;
- II - retirar, sem prévia autorização do chefe imediato, qualquer documento ou objeto da repartição ou local onde desempenha suas respectivas atribuições;
- III - repassar a outrem, servidor ou não, o desempenho de suas atribuições;
- IV - prevaricar, receber propinas, comissões, presentes ou vantagens de qualquer natureza, em razão do exercício da função temporária para a qual fora contratado;
- V - retirar, modificar ou substituir, sem prévia autorização competente, qualquer documento do órgão municipal, com o fim de criar direito, obrigação ou alterar a verdade dos fatos;
- VI - entreter-se nos locais e horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço;
- VII - empregar materiais e bens do Município em serviço particular;
- VIII - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais e funcionais quando solicitado;
- IX - recusar-se ao remanejamento do local de trabalho quando necessário e mediante solicitação da respectiva Secretaria;

Art. 12 - O pessoal contratado na forma da presente Lei responde civil e penalmente pelo exercício irregular de suas atribuições.


Art. 13 - A exoneração poderá ser a qualquer tempo, de acordo com critérios fixados na presente Lei.

Parágrafo Único. O contratado que descumprir deveres ou infringir proibições desta Lei ficará impedido de participar dos processos seletivos simplificados por um período de 05 (cinco) anos, garantindo contraditório e ampla defesa ao acusado.

Art. 14 - Fará parte integrante desta Lei o Anexo I, contendo o número de vagas, a carga horária, o valor da remuneração e escolaridade.

Art. 15 - As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento anual do Poder Executivo, suplementadas se necessário.

Art. 16. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


Silvio Antonio Damaceno
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 - 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

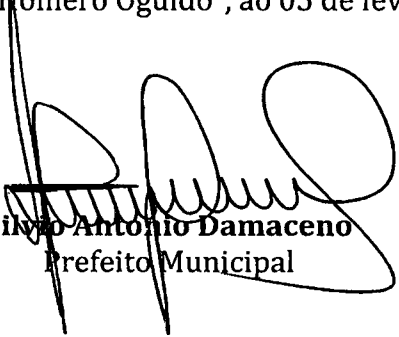
RUA SÃO PAULO, 191 - FONE (43) 3244-1143 - CEP 86618-000

PRADO FERREIRA - ESTADO DO PARANÁ

ANEXO I

EMPREGOS TEMPORÁRIOS					
Emprego Público	Nº	Nível de Formação	Registro Profissional no Órgão de Classe	Carga Horária	Vencimentos
Professor	01	Formação em nível Superior	Não	20	R\$ 2.312,47
Professor de Apoio	01	Formação em nível Superior	Não	20	R\$ 2.312,47
Professor de Inglês	01	Formação em nível Superior	Não	20	R\$ 2.312,47
Pedagogo	01	Formação em nível Superior	Não	20	R\$ 2.424,37
Professora da Educação Infantil	01	Formação em nível Superior	Não	40	R\$ 4.624,96

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", ao 05 de fevereiro de 2025.


Silvano Antonio Damaceno
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21/12/1995 CNPJ 01.613.136/0001-30

RUA SÃO PAULO, 191 – FONE (43) 3244-1143 – CEP 86618-000

PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O presente Projeto de Lei tem por escopo dispor sobre a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando à contratação de profissionais para as áreas de Educação para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público do Município de Prado Ferreira.

A fim de zelar pelo efetivo respeito aos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal de 1988, especificamente sobre a Educação no artigo 205, estabelece-a como direito de todos e dever do Estado.

De tal modo, a presente proposta, que ora se submete à apreciação deste Poder Legislativo autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder, a realização de Processo Seletivo Simplificado – PSS, visando a contratação, por tempo determinado, de profissionais da área da educação, em específico para as funções de: Professor; Professor de Artes; Professor de Inglês; Pedagogo; e Professor da Educação Infantil.

Nesta vereda, com esteio nos princípios da legalidade, finalidade, eficiência, e razoabilidade, norteadores dos atos administrativos, propõe-se a presente proposta normativa.

Ante ao Exposto, com esteio nos fatos e fundamentos supra, faz-se adequado o ajustamento oferecido, na forma da proposição que ora se submete à esta Egrégia Casa Legislativa para à análise e deliberação.

Paço Municipal “Deputado Homero Oguido”, aos 05 de fevereiro de 2025.

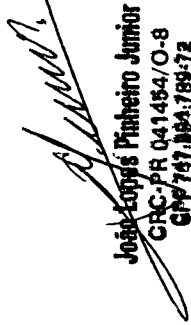

Silvio Antonio Damaceno
Prefeito Municipal

Nomenclatura	Vagas	Venc. Por Cargo	Total por Cargo	Aux. Alimentação	Vencimentos Totais	Vencimentos Anual	Custo Patronal	Custo Patronal Anual	Custo Mensal Total	Custo Anual Total
PROFESSOR	1	2.312,47	2.312,47	400,00	2.712,47	36.166,18	786,62	10.488,19	3.499,09	46.654,37
PROFESSOR DE ARTES	1	2.312,47	2.312,47	400,00	2.712,47	36.166,18	786,62	10.488,19	3.499,09	46.654,37
PROFESSOR DE INGLÊS	1	2.312,47	2.312,47	400,00	2.712,47	36.166,18	786,62	10.488,19	3.499,09	46.654,37
PEDAGOGO	1	2.424,37	2.424,37	400,00	2.824,37	37.658,17	819,07	10.920,87	3.643,44	48.579,04
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	1	4.624,96	4.624,96	400,00	5.024,96	66.999,30	1.457,24	19.429,80	6.482,20	86.429,10
TOTAL		13.986,74	13.986,74	2.000,00	15.986,74	213.156,00	4.636,15	61.815,24	20.622,89	274.971,24

Discriminativo	2025	2026	2027
Salários e Encargos Sociais)	274.971,24	288.252,35	302.174,94
Total	274.971,24	288.252,35	302.174,94

INDICE DE PESSOAL (Projeção Inflacionária + Reajustes)	Realizado		Estimado	
	31/12/2024	2025	2026	2027
RCL AJUSTADA				
GASTO COM PESSOAL	33.064.312,13	36.873.320,89	41.121.127,45	45.858.281,34
TOTAL A CONTRATAR	15.223.304,37	15.958.589,97	16.729.389,87	17.537.419,40
GASTO COM PESSOAL COM CONTRATAÇÕES		274.971,24	288.252,35	302.174,94
PERCENTUAL SOBRE A RCL	15.223.304,37	16.233.561,21	17.017.642,22	17.839.594,34
	46,04%	44,03%	41,38%	38,90%

Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 48,60%
 Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) 51,30%
 Limite máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) 54,00%
 * RCL em 31/12/2023


 João Lopes Pinheiro Junior
 CRC-PR 041484/O-8
 CPF 747.884.789-72

COMPORTAMENTO DA RCL				
Ano	RCL Realizada	Incremento Anual	Media 5 anos	
2018	17.657.002,93			
2019	19.441.625,15	10,11%		
2020	19.440.338,02	-0,01%		
2021	21.758.181,01	11,92%		
2022	27.406.173,79	25,96%		
2023	30.572.094,60	11,55%		
2024	33.064.312,13	8,15%		
			11,52%	

Ano	RCL Realizada	Media 5 anos
2020	0,01	
2021	11,92	
2022	25,96	
2023	11,55	
2024	8,15	
		11,52



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea

Página: 1 / 2
1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRIÇÃO EM RECEITAS ANEXO 1	
	LÍQUIDAS													
	01/2024	02/2024	03/2024	04/2024	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	TOTAL (12 meses) R\$	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.446.886,02	1.085.053,21	1.202.570,91	1.286.146,13	1.128.031,82	1.590.358,76	1.142.263,73	1.053.174,86	1.096.220,38	1.086.598,74	1.250.999,90	2.326.840,50	15.695.145,56	0,00
Pessoal Ativo	1.383.648,15	1.021.838,69	1.158.495,63	1.200.457,80	1.058.061,32	1.521.930,28	1.061.865,31	1.037.457,03	1.080.502,55	1.029.422,10	1.186.987,32	2.268.282,78	15.008.948,97	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	1.126.004,15	877.411,97	992.306,01	929.173,33	905.496,87	1.342.952,46	913.861,97	890.031,78	932.003,35	883.273,58	1.035.134,41	1.917.362,97	12.745.012,83	0,00
Obrigações Patronais	257.644,00	144.426,72	166.189,62	271.284,47	152.564,45	178.977,82	148.003,34	147.425,27	148.499,20	146.148,52	151.852,91	350.919,82	2.263.936,14	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	63.238,47	63.214,52	44.076,28	85.688,33	69.970,50	88.428,48	80.398,42	15.717,83	15.717,83	57.176,64	64.012,58	58.557,71	686.106,59	0,00
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (exceto item 34)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa com Pessoal não Enquadrado Organizacionalmente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	19.182,73	35.494,84	43.743,33	41.407,57	27.102,78	24.790,40	25.732,24	37.297,95	21.607,94	21.381,14	130.385,07	43.715,20	471.841,19	0,00
Indenizações por Danos e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	20.626,71	6.038,42	3.726,04	2.478,78	13.353,83	0,00	0,00	109.087,12	12.504,29	167.815,19	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa custeada com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos servidores em exercício de lotação e dos agentes de combate às endemias (§ 11, EC 120/2022)	19.182,73	35.494,84	43.743,33	20.780,86	21.064,36	21.064,36	23.253,46	23.944,12	21.607,94	21.381,14	21.297,95	31.210,91	304.026,00	0,00
Despesa custeada com recursos financeiros repassados pela União para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos servidores em exercício de lotação e dos agentes de combate às endemias e pensionistas, conforme estabelecido pela CF/88, art. 104, §§ 12 e 13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Instrução Normativa TCE/PR 8/2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IPRF	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (II + III)	1.427.705,89	1.046.528,37	1.198.477,58	1.241.795,37	1.085.061,32	1.485.568,36	1.116.661,46	1.053.174,86	1.074.673,34	1.066.217,62	1.208.094,65	2.288.126,80	16.223.304,37	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	34.287.508,13	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	941.428,00	
(c) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	0,00	
(c) Recursos destinados ao pagamento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (§ 11 do art. 198, da CF - EC 120/22) (VII)	281.768,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV + V + VI - VII)	33.064.312,13	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)	15.223.304,37	46,04%



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL - CONSOLIDADO
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2024 A DEZEMBRO/2024

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea

Página: 2 / 2
1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRIÇÃO EM RECEITAS A RECIBIR PROCESSOS DE RECEITAS
	LÍQUIDAS												
	01/2024	02/2024	03/2024	04/2024	05/2024	06/2024	07/2024	08/2024	09/2024	10/2024	11/2024	12/2024	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)
ACRÉSCIMO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
VALOR													
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	17.854.728,55												54%
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	16.961.992,12												51,3%
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	16.069.255,70												48,6%

Entidades:
Prefeitura Municipal de Prado Ferreira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

LEI Nº 11.267 – 21-12-1995 CNPJ 01.613.136/0001-30
RUA SÃO PAULO, 201 – FONE (0XX43) 244-1143 – CEP 86.618-000
PRADO FERREIRA – ESTADO DO PARANÁ

DECLARAÇÃO

Eu, Silvio Antônio Damaceno, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II, do art. 16 da Lei Complementar 101/2000 - LRF, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário – Financeiro, DECLARO existir recursos para realizar as despesas decorrentes do Projeto de Lei que ora se apresenta.

Declaro ainda que os serviços têm compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual, com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.



SILVIO ANTONIO DAMACENO
PREFEITO